

Mulheres que fazem política

Mirian Alves Nascimento¹

O livro “Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta” foi escrito a quatro mãos, pelas professoras Glória Rabay e Maria Eulina Pessoa Carvalho, da Universidade Federal da Paraíba. Ele traz discussões acerca da participação das mulheres na política partidária no Brasil, desde a conquista do direito ao voto até a concorrência a cargos eletivos, em um período que se estende desde a década de 1930 até o ano de 2008, e expõe significativas comparações entre as performances eleitorais de mulheres deste estado em relação ao desempenho de outras mulheres no interior de universos maiores, como a região Nordeste, e até mesmo dentro do país. Expõe histórias de vida de algumas que foram candidatas às eleições estaduais e federais de 1998 e, também, das que participaram das legislaturas iniciadas entre 1999 e 2007, na Assembleia Legislativa Paraibana.

Com mais de duzentas e cinquenta páginas, esse estudo levanta e analisa uma pequena parte da história das mulheres na vida dita “pública” no Brasil e, através das temáticas trazidas pelos estudos de gênero - categoria de análise forjada no interior do feminismo (PEDRO, 2011, p. 270-283; THÉBAUD, 2009, p. 33-42), mostra que as construções de gênero, que são concepções culturais, foram e ainda são utilizadas durante as campanhas eleitorais para beneficiar ou desmoralizar as candidatas. A obra está dividida em duas partes: a primeira tem o título de “Mulher e política” e se subdivide em seis seções menores, que tratam do ingresso das mulheres na vida “pública” através da política partidária e apresenta, ainda, um breve perfil de quinze mulheres cujas trajetórias estão expostas na segunda parte, sob o título “Histórias de vida e luta”. Para tanto, as autoras lançaram mão do uso de fontes orais, como as entrevistas e um livro biográfico, utilizados

¹ Possui graduação em História (UFSC, 2010). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (UFSC, bolsista do CNPq. Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estuda a imprensa alternativa, durante as ditaduras civil-militares no Brasil e Uruguai (1964-1985), sob a perspectiva dos estudos de gênero, num viés feminista; da História Comparada e da História Oral. Objetiva analisar possíveis utilizações de construções de gênero nas notícias/denúncias de violência contra mulheres presas pelos órgãos de repressão, suspeitas de crime político no intuito de buscar adesão para as lutas de oposição e resistência aos regimes de exceção. E-mail: miroca11@hotmail.com.



especialmente nessa parte, bem como dados recolhidos em arquivos dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), da Câmara Municipal de João Pessoa, da Casa da Mulher do Nordeste e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, usados na construção de um panorama abrangente acerca da participação das mulheres na política partidária brasileira, conforme foi mencionado no primeiro parágrafo acima.

As autoras fazem uma retrospectiva das lutas das mulheres no Brasil em prol de sua participação política nas instâncias públicas, e apontam as décadas iniciais da primeira metade do século XX como período que se tornou marco de suas conquistas, neste sentido ao terem seu direito ao voto reconhecido no novo Código Eleitoral, instituído no governo inconstitucional de Getúlio Vargas, em 1932, resultado de, entre outros fatores, mobilizações das mulheres em organizações como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922, entre outras que surgiram, com o mesmo propósito, em vários estados da federação como a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF), que surgiu em 1933. Ano em que foi eleita a primeira deputada federal brasileira pelo estado de São Paulo: Carlota Pereira de Queirós e resultou na conquista da suplência pela líder feminista Berta Lutz, que tomou posse em 1936, no pleito marcado pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito para o legislativo estadual um total de nove mulheres em todo território nacional, entre as quais destaco a primeira deputada negra Antonieta de Barros, no estado de Santa Catarina.

Mostram, também, que nos períodos em que o país esteve sob regimes ditatoriais, tanto no governo de Getúlio Vargas quanto na ditadura civil-militar, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quando os espaços de representação popular estiveram reduzidos através da suspensão de eleições e cassação de mandatos, as associações de mulheres que nas primeiras décadas do século XX, majoritariamente engendradas por mulheres de camadas mais abastadas, que lutaram pelo direito a participação efetiva nas eleições através do voto, perderam sua força devido às perseguições políticas realizadas em toda a nação e acabaram por sucumbir, culminando no (re)surgimento de movimentos de mulheres com outros perfis, mais concentrados entre as camadas médias e populares, a partir da década de 1940, que se uniram por demandas diversas como os protestos contra a carestia, pela

anistia aos presos políticos e os movimentos cujos objetivos eram influenciar na construção de políticas públicas específicas para as mulheres.

Entretanto, na década de 1960, quando ocorreu o golpe que estabeleceu a ditadura civil-militar, as inscrições dos partidos foram anuladas, o bipartidarismo instituído e ocorreram cassações de mandatos de políticos que faziam oposição ao governo militar. Entre estes, houve os que se auto exilaram, outros sofreram prisões, torturas e morte. Nas eleições de 1966, ocorreu redução no número de mulheres candidatas para a câmara federal. Todavia, aumentou o número das que obtiveram sucesso nas urnas em relação a períodos anteriores. As autoras indicam que esse fato pode ter ocorrido devido à presença, nas disputas eleitorais, de algumas mulheres que eram parentes - esposas, irmãs, etc. - de políticos que haviam perdido seus mandatos, e foram lançadas candidatas no intuito de darem continuidade aos projetos políticos desses homens.

Não se deve esquecer, entretanto, que destas candidatas a maioria não representava – a despeito de seus méritos – sua própria personalidade política, mas, por empréstimo, a de seus maridos ou parentes próximos, os quais haviam tido seus mandatos cassados pelo Movimento de 64 (TOSCANO, 1982, p. 68).

Porém, no ano de 1968, com o estabelecimento do Ato Institucional nº 5, iniciativa governamental caracterizada por medidas repressivas ainda mais duras, das seis mulheres que haviam sido eleitas, cinco perderam seus mandatos, incluindo Ivete Vargas, que tinha eleitorado próprio. Mas, foi no processo de redemocratização, durante a década de 1980, com a volta da pluralização partidária, do retorno dos pleitos nas grandes cidades e capitais e, por conseguinte, um maior acirramento nas disputas por eleitores, que as questões das mulheres e de outras minorias entraram para as plataformas eleitorais dos partidos políticos.

No pleito de 1986, quando os eleitores escolheram seus representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, foram eleitas vinte e seis deputadas federais – pouco mais de 5% do total de deputados - que, no exercício de suas funções parlamentares, em momentos cruciais para a ampliação dos direitos sociais em geral e das mulheres, se articularam de forma suprapartidária ao formarem um bloco denominado como a “bancada do batom”, nessa composição havia uma representante do estado da Paraíba, a deputada paraibana Lúcia Braga, uma das entrevistadas pelas autoras para esse trabalho.

Apesar da conquista das mulheres no acesso ao voto e ao ingresso à política partidária, a participação efetiva delas nessa instância de poder se deu de maneira tímida, desde o seu início. E, ainda que a lei nº 9.504, em vigor desde 1997, resultado de projeto de iniciativa da atual senadora e então deputada Marta Suplicy, exigir um total de 30% no número de candidatas às eleições em cada partido, as mulheres que conseguem obter sucesso nas urnas, ainda nos dias de hoje, se encontram em número reduzidíssimo se comparado ao número de homens eleitos e se considerarmos a majoritária presença de mulheres na população brasileira. No entanto, as pesquisas mostradas nesse trabalho apontam para um crescimento, ainda que tímido, da participação das mulheres nos poderes executivos e legislativos dos municípios, estados e até nacional. Que há um número maior de mulheres da região Nordeste nas câmaras municipais em relação ao restante do Brasil. E que nas capitais há maior “resistência das estruturas e da cultura político-partidária”, que resulta em um número reduzido de eleitas para essas câmaras municipais, fato curioso, pois as cidades geralmente são os lugares onde as mulheres tem mais oportunidade de adquirir capital cultural (CUNHA, 2007, p. 503-524; CHARTIER; LOPES, 2002, p. 139-182), por terem mais acesso ao conhecimento especialmente oferecido pelo ensino formal e é justamente onde elas têm mais dificuldade de ascender na política partidária. Uma explicação razoável para tal fato é que, “como grupo em posição de desigualdade estrutural, historicamente subordinado, as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social” (CARVALHO; RABAY, 2010, p. 34) e aos ciclos de vida das mulheres que muitas vezes requerem dedicação integral como no caso da maternidade.

Na lista do site oficial do parlamento brasileiro, consta que, atualmente, há um total de quarenta e seis deputadas federais em exercício e mais sete que se encontram fora das atividades por terem se licenciado ou serem suplentes, e uma que renunciou. Esses números indicam que, aproximadamente 9% de mulheres, estão exercendo seus mandatos num universo de 514 deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Já no senado, atualmente em exercício, há um total de oito

mulheres (PORTAL SENADORES, 2012),² e, pela primeira vez eleita no Brasil, a primeira presidenta da república, Dilma Rousseff. Esses números indicam que as mulheres ainda estão muito aquém do empoderamento necessário para o equilíbrio de forças nas disputas políticas, especialmente no incremento das políticas públicas destinadas a elas.

Todavia, se a política partidária é ainda um campo predominantemente masculino, como algumas mulheres tem acesso a ele? Nesta obra podemos ver que há três possibilidades de acesso para elas. Através das famílias tradicionais e o poder patriarcal, quando a mulher se beneficia do prestígio do marido ou genitor, comumente pela ausência de sucessor homem, contribuindo para a manutenção do poder oligárquico, segundo as autoras, essas mulheres utilizam nas campanhas discursos recheados de construções de gênero que indicam as mulheres como frágeis, cuidadoras, benfeitoras, boa esposa, etc., e costumam encontrar ecos desses discursos nas sociedades que ainda permanecem muito conservadoras, garantindo o sucesso nas urnas. Outra via de acesso é a inserção pública independente e o poder pessoal, que geralmente ocorre com mulheres que já tem sucesso em outros campos da vida social como o trabalho: artistas, profissionais dos meios de comunicação de massa, assistentes sociais reconhecidas e líderes de movimentos sociais. Por último, através dos movimentos de mulheres e ou feministas que buscam sensibilizar as mulheres que possuem acesso às instâncias de poder da situação e desigualdade em que se encontram as mulheres na nossa sociedade, onde há tanta desigualdade entre mulheres e homens que podem ser observadas nas diferenças de salário, de responsabilidades sobre a prole, da exposição à violência doméstica, entre outras dificuldades cotidianas. Podemos notar que a presença de mulheres nas instâncias de poder não significa que elas defendam as demandas das mulheres, no que tange a busca pela equidade de gênero. Ao contrário, o que se percebe é que ao ascenderem ao poder, algumas tomam atitudes contrárias as suas antigas posições por temerem desagradar os eleitores conservadores, talvez pela segurança que elas encontrem na falta de opção de candidatos entre os mais progressistas, que nas eleições acabam optando não pelo melhor candidato, mas pelo menos pior.

² Listagem dos senadores. **Portal senadores**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/default.asp>>. Acesso em: 24 ago 2012.

A última parte do livro traz as entrevistas das mulheres políticas da Paraíba editadas por temas, porém, sem análise das autoras. Estas deixam claro que “a história de vida contada por qualquer indivíduo representa a sua versão pessoal e parcial dos acontecimentos que o marcaram” e que por isso é importante “salientar que a memória é sempre seletiva, influenciada pelas circunstâncias do presente, e que evita as áreas dolorosas ou perigosas para a integridade da pessoa, em um determinado momento” (CARVALHO, 2010, p. 50). Entretanto, sabemos que a produção de outros documentos históricos são produzidos em circunstâncias semelhantes. Mas, ainda assim, a iniciativa das autoras, de não se preocuparem “com aquilo que se convencionou chamar de veracidade, ou seja, sem verificar o dito, ou se levantar o não dito,” baseado “em novos paradigmas críticos de pesquisas” (Idem), causou-me certo desconforto no primeiro contato com o livro. Porque como historiadores, nos acostumamos a ler livros que procuram analisar as fontes. Aprendemos a analisar fontes, necessariamente. Porém, as autoras, que não são historiadoras, fizeram um trabalho extremamente interessante na construção dessa obra. Colocaram as ferramentas de análise na primeira parte do livro que, se lida com atenção, possibilita ao leitor, ele mesmo, analisar as entrevistas através de conceitos e categorias de análise, algumas cunhadas no interior do movimento feminista (PEDRO, 2005, p. 82), como relações de gênero, empoderamento (LISBOA, 2007, p. 640-652), sexismo, masculinidade, feminilidade, entre outras. E, além disso, a publicação desses fragmentos de histórias de vida oportuniza a outros estudiosos o contato com fontes riquíssimas para estudos, em vários outros campos de saber. Pois, as entrevistadas, além de procurarem responder a questão da ausência das mulheres nos poderes executivos e legislativos, falaram ainda sobre variados temas, como o período da ditadura, a abertura política, a constituinte, o preconceito contra as mulheres, as cotas para mulheres nos partidos, a união civil entre homossexuais, o aborto, a religião, as ameaças de morte, a vida privada e a vida pública, a ação social, o assistencialismo, os medos, as decepções, a “compra” de votos, a função de primeira-dama, a seca como meio de ganhar dinheiro, a questão dos partidos: esquerda e direita, a fidelidade partidária, entre outros específicos. Contaram, também, as trajetórias de vida, desde a infância, e a forma como ingressaram na carreira política. Todo um universo de proposições muito importantes para a atualidade abordadas pelas autoras da obra.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. **Mulher e política na Paraíba: histórias de vida e luta**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 268p.

CHARTIER, Roger; LOPES, José Sérgio Leite. Pierre Bourdieu e a história. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, p.139-182, mar. 2002, p. 139-182. Disponível em: <http://www.revista-topoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/04_debate01.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2012.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_02/09_Demanda_Continua_MariaAmalia.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, p. 640-652. 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/teresa_kleba_lisboa.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012.

LISTAGEM DOS DEPUTADOS. **Site da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Lista.asp?Legislatur=54&Partido=Q&SX=F&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

LISTAGEM DOS SENADORES. **Portal senadores**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/default.asp>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**. Vol. 12, n.22, p. 270-283, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. vol.24, n.1, p. 82. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27 out. 2010.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas. O exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**. Ano X, n. 21, 2. semestre, p. 33-42. 2009

TOSCANO, Moema. A mulher na política. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 133p.

Artigo:

Recebido em: 27/08/2012

Aceito em: 09/07/2013